



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.983, DE 2019 **(Do Senado Federal)**

Altera a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, para prever o reconhecimento de atributos de representação em certificado digital.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Altera a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24 de agosto de 2001, para prever reconhecimento de atributos de representação em certificado digital.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 10.

.....
§ 3º O sistema que exija ou aceite a certificação digital no padrão ICP-Brasil deve reconhecer, ao menos, os certificados de atributos de representação de órgão público, de pessoa jurídica de direito público ou privado, bem como de assistência e representação de incapazes, desde que emitidos nos mesmos padrões estabelecidos pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorrido 1 (um) ano de sua publicação oficial.

Senado Federal, em 3 de maio de 2023.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal

gsl/pl-19-3983rev





CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

MEDIDA PROVISÓRIA
Nº 2.200-2, DE 24 DE
AGOSTO DE 2001
Art. 10

[https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:medida.provisoria:
2001-08-24;2200-2](https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2001-08-24;2200-2)

FIM DO DOCUMENTO